

A configuração de um império a partir da estruturação social de escravização do trabalho

Alan Souza

Universidade de Lisboa
Lisboa, Estremadura, Portugal

Recebido em: 08 jan. 2025

Aprovado em: 03 jun. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

Resumo

Este artigo busca analisar a política colonial portuguesa imposta à colônia na América e a consequência para o Império após a independência do Brasil. O ponto de partida é o ano de 1755, em virtude das necessidades financeiras para a reconstrução de Lisboa após o terremoto. Nesse contexto, promoveu-se a publicação de dois Alvarás régios, 1761 e 1773, que direcionaram o comércio de escravizados para a América aprofundando a dependência econômica do reino em relação aos seus domínios do Atlântico Sul em razão da política de recrudescimento da exploração de recursos naturais a partir do trabalho escravizado, concebido como único meio de exploração e produção de riqueza; possibilitando a hipótese de que o subdesenvolvimento das colônias e o atraso industrial da metrópole deviam-se à organização excessivamente dependente da mão de obra escravizada.

Palavras-chave: Portugal; dependência econômica; entreposto comercial; escravizados e dependência econômica.

* Doutor em História pelo Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, como Bolsista Capes (2020). Mestrado (2011) e Graduação/Licenciatura (2008) pela Universidade Severino Sombra. Possui experiência em ensino e pesquisa na área de História do Brasil Império. E-mail: ppunk_alan@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2690-6671>

 <http://lattes.cnpq.br/6868036360845119>

The configuration of an empire based on the social structure of enslaved labor

Alan Souza

University of Lisbon
Lisbon, Estremadura, Portugal

Received: 08th Jan. 2025

Approved: 03rd Jun. 2026

Published: 31st Aug. 2026

Abstract

This article seeks to analyze the Portuguese colonial policy imposed on the colony in America and its consequences for the Empire after Brazil's independence. The starting point is the year 1755, due to the financial needs for the reconstruction of Lisbon after the earthquake. In this context, two Royal Decrees were published, in 1761 and 1773, which directed the slave trade to America, deepening the kingdom's economic dependence on its South Atlantic domains due to the policy of intensifying the exploitation of natural resources through enslaved labor, conceived as the only means of exploitation and wealth production; allowing the hypothesis that the underdevelopment of the colonies and the industrial backwardness of the metropolis were due to the excessively dependent organization on enslaved labor.

Keywords: *Portugal; economic dependence; trading post; enslaved people and economic dependence.*

* Ph.D. in History from the Interuniversity Doctoral Program in History (PIUDHist), Institute of Social Sciences (ICS), University of Lisbon (2020), funded by a CAPES scholarship. Holds an M.A. (2011) and a B.A. and Teaching Degree in History (2008) from Severino Sombra University. His research focuses on the history of Imperial Brazil. E-mail: ppunk_alan@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2690-6671>

 <http://lattes.cnpq.br/6868036360845119>

Desde a metade do século XVIII, a colônia portuguesa na América era a principal fonte de receita do império, cuja estruturação exploratória foi alicerçada, desde meados do século XVI, a partir da apropriação do trabalho escravizado. Logo, não foi por acaso que o comércio humano, oriundo de África, se tornou o principal esteio da economia do império português no ocidente (Alencastro, 2000, p.78). Assim, o Brasil, além das riquezas geradas no processo de exploração das minas, principalmente do ouro, foi, à medida que o minério escasseava, diversificando e aumentando sua produção agrícola e consolidando a posição de maior produtor do reino. Com a solidificação da posição e em razão da estruturação social, a colônia portuguesa na América se converteu em dominadora de África (Malerba, 2020, p.73 e 199).

Com o tráfico tornando-se instrumento de conquista de Angola (Alencastro, 2000, p.78) e à medida que a metrópole aumenta sua dependência da receita gerada pelo Brasil, a consciência dessa interdependência ocasionou, na segunda metade do século XVIII, a publicação de dois Alvarás régios de 1761 e 1773¹. Com essa constatação, estruturamos a análise a partir das ações do governo central logo após o terremoto de 1755 em razão da necessidade financeira para reconstrução de Lisboa, e comparamos o papel desempenhado pelo Brasil e Angola na configuração do então Império Atlântico português. Interessa-nos, ainda, complexificar a máxima do Brasil dominador de África a partir da hipótese: haveria possibilidade, a curto e médio prazo, de um novo Brasil em África após a centralidade da colônia americana e a dependência econômica do escravizado para o Império português?

Brasil, o gerador de receitas

Durante o período pombalino (1750-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo elaborou o projeto de transformação de Angola, *Introdução Prévia*, buscando instituir

1 O alvará régio de 19 de setembro de 1761 proibiu o desembarque de escravizados em solo metropolitano, sob pena de obtenção da alforria pelo escravo. Entretanto, para ser alforriado, o cativo deveria apresentar, obrigatoriamente, o passaporte emitido nas colônias pelas autoridades. Sem tal documento, o africano escravizado não obtinha a alforria. Já o alvará régio de 1773 concedeu liberdade aos filhos de mães cativas gerados na metrópole. Posteriormente, Portugal incentivou o comércio de escravizados destinado ao Brasil com a redução dos juros do crédito a longo prazo de 5% para 3% para, após, abolir a cobrança. (Capela, 1974, p. 150). Legislação Régia. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt>

uma nova governabilidade do Império. Tal projeto foi salientado pela pesquisadora Catarina Madeira Santos, cuja análise identificou o fomento da agricultura e indústria. A interpretação de Santos observa ainda o posicionamento geográfico da possessão tanto em relação ao Império Atlântico como ao Índico (Santos, 2005, p. 47).

A configuração, digamos, econômica após o terremoto se manteve assentada como mercantilista, ou seja, as colônias como produtoras de bens e receptoras de produtos da metrópole. Essa política mercantil, apesar do plano elaborado para Angola, demonstrou maior preocupação com os gêneros brásílicos e racionalização da arrecadação com o Brasil consolidando sua centralidade no Império (Cardoso e Cunha, 2011, p. 69 e 75); e Angola como a principal fornecedora de mão de obra escravizada. Assim configurado, era impossível para Portugal assegurar o Brasil sem os domínios do Atlântico que

para se compreenderem os interesses que a Monarquia de Portugal tem na conservação dos Domínios da África; **basta fazer se uma pequena reflexão na física impossibilidade que haveria de se conservar o Brasil, logo que uma vez viessem a faltar os referidos Domínios: Vendo se claramente, que com eles faltariam ao mesmo tempo os Negros, sem cujo sucessivo transporte cessariam os trabalhos das Minas dos Diamantes e do Ouro, cessaria toda a Agricultura; cessariam todas as Fábricas dos Engenhos de Açúcar; cessariam os enrolamentos dos Tabacos; cessariam as Serrarias das preciosas madeiras do Brasil; cessariam com estas todas as outras produções que a Divina Providência destinou naquella opulentíssimo Continente**, para que pelo meio de uma fértil Navegação fizeram a mesma Monarquia respeitada.²

O reconhecimento do conde de Oeiras da centralidade do africano escravizado no processo de geração de riquezas, evidencia o “ator” central em todo o processo de exploração dos recursos naturais da colônia, conseqüentemente, para o Império. Sendo o escravizado a engrenagem principal, o Brasil seria mantido como produtor de riquezas para a metrópole com a importação de mão de obra escravizada para “movimentar” Angola do outro lado do Atlântico. Teria Sebastião José de Carvalho Melo reforçado a escravidão como o único modelo possível de exploração da colônia portuguesa na América? Ou, a racionalização da arrecadação implantada após o terremoto de 1755 só foi possível com o robustecimento do trabalho escravizado?

2 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Conselho Ultramarino (CU), Angola, Cx.53, doc 90. *Introdução Prévia*, Lisboa, 5 de agosto de 1769. *Grigo nosso*.

Assim, o Brasil se torna o gerador de receitas, cuja exploração assentada na escravização de africanos pressupunha, por parte do governo central do Império português, o comando dos portos de tráfico e das zonas escravistas na América; formando assim, Brasil e Angola, um corpo estratégico unificado (Alencastro, 2000, p. 236). Logo, com o Brasil sendo o centro do Império, sua base se assentava na mão de obra escravizada oriunda de Angola que, de certo modo, impossibilitou sua transformação (Angola) devida às ações governativas como o Alvará régio de 1761, que abordaremos mais adiante. Logo, em razão da dependência do reino das receitas geradas pelo Brasil, passou a maximizar o lucro por meio do frete das embarcações a partir da rota Lisboa/Angola/Brasil/Lisboa. A navegação foi o caminho escolhido para potencializar a lucratividade. Segundo o conde de Oeiras:

Nenhuma Nação tinha para conseguir aquele grande lucro um meio tão vantajoso, como o que o Domínios de África nos estavam oferecendo. Pois que saindo os Navios de Lisboa e Porto carregados com fazendas próprias para aqueles portos neles lucrariam primeiros fretes e primeiros ganhos nas fazendas que ali carregassem. Tornando neles a carregar para o Brasil nos Portos deste vastíssimo Continente achariam segundos fretes, e segundos ganhos nos gêneros que a ele transportassem. Tornando a carregar no mesmo Brasil para Portugal achariam terceiros fretes e terceiros ganhos nos outros gêneros que transportassem a este Reino. E assim andariam sempre em um lucroso e sucessivo giro dentro dos próprios Domínios da mesma Monarquia com vantagens do Comércio e da Navegação que nenhuma outra Nação da Europa conheces até agora [...].³

A escolha pela navegação (frete) demonstra, uma vez mais, a centralidade do Brasil na configuração do Império. Isto é, recebendo escravizados e fornecendo todo o tipo de riqueza passível de exploração, como, por exemplo, minérios e gêneros agrícolas. Com Angola a povoar e cultivar a colônia portuguesa na América, a importância do Brasil para o Império foi percebida pela elite da época. Luís dos Santos Vilhena⁴ afirmou que “de todos os estabelecimentos de Portugal, é o Brasil não só o mais rico como o mais suscetível de melhoramento, o mais atendível e interessante

3 PT/AHU/CU – Angola, Cx.53, doc 90. *Introdução Prévia*, Lisboa, 5 de agosto de 1769.

4 Luís dos Santos Vilhena nasceu em 1744 em São Tiago do Cassino, no Alentejo. Em 1787, foi designado mestre régio de grego na Bahia. No ano de 1799, retornou a Portugal para cuidar da saúde e no início do século XIX regressou à Bahia, onde faleceu em 1814. In: Gaspar. Gabriel de Abreu Machado. *Luís dos Santos Vilhena: Pensamento ilustrado na colônia*. Disponível em: https://www.academia.edu/11674633/Lu%C3%A9dos_Santos_Vilhena_Pensamento_Ilustrado_na_Col%C3%B4nia. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

para o comércio, logo que seja povoado e cultivado quanto pode ser, pois que então produzirá infinitas riquezas que as envia para a Europa” (*Apud* Malerba, 2020, p. 108).

E todos defendiam, sob o discurso da ilustração, a manutenção do Brasil como colônia de exploração ou fornecedora de riquezas e produtos primários, que retornariam manufacturados com ágio muito elevado. No negócio do algodão o aumento chegava a 400% sobre o valor pago inicialmente.⁵ Logo, não foi por acaso a orientação do governo central de não enviar “letrados, rábulas ou pessoas de espírito inquieto para a localidade produtora como, por exemplo, Campos dos Goytacazes” (Souza, 2024, p. 401).⁶ Por conseguinte, a presença de manufacturas era proibida em razão de ser considerada causadora de prejuízo para o Estado. Para Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, 2º marquês do Lavradio a população deixaria de se empenhar no trabalho como, por exemplo, a lavra do ouro.⁷

O império dependia do Brasil para sua existência e o Brasil dependia das possessões em África, que, por sua vez, dependiam do Brasil. Mas essa configuração, mesmo canalizando os recursos para a metrópole, apresentou consequências negativas ao reino. Se o desenho comercial a partir do Brasil possibilitava ganho para os comerciantes e para a Coroa, o mesmo solidificava a função de entreposto da metrópole como importador e reexportador de gêneros coloniais, importador e reexportador de produtos manufacturados. A política econômica desde Pombal foi provocar uma relação mais ativa das colônias com a metrópole, mas sem significar o desenvolvimento ou a industrialização do reino.

Para além do fato de Portugal apresentar baixa produtividade agrícola, a função de entreposto contribuiu para a manutenção do atraso da agricultura, sendo este explicado por Joaquim de Barros como resultado de um enganoso descanso e ociosidade oferecidos pelo ouro (Barros, 1789, p. 135). Assim, questionamos: por

5 De acordo com uma publicação de 1840, a margem de lucro alcançava 400% a mais do valor pago inicialmente. *Males que tem resultado a Portugal dos tratados de Commercio celebrados com a Inglaterra: necessidade de promover a nossa industria fabril e meios de tirar vantagem da navegação e commercio com as nossas possessões ultramarinas a despeito das tramas do Governo daquele Paiz*. Typographia Lisboense. Lisboa, 1840, p. 15.

6 Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 421-422.

7 Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo IV de 1842, p. 458.

solidificar o império a partir da produção e receita geradas na colônia americana, o que restaria ao reino?

Se o vintouro marquês de Pombal projetou o fomento da agricultura e indústria para Angola, oito anos antes da *Introdução Prévia*, o mesmo publicou o Alvará régio de 1761. Tal documento determinou livre o escravizado desembarcado em solo metropolitano (reino).⁸ A proibição direcionou o comércio de escravizado ao Brasil e reforçou a função de fornecedora de escravizado por Angola num momento de retração da remessa ou exploração de minério pelo Brasil (Costa, Rocha e Sousa, 2013, p. 53).

A diminuição do ouro passou-se num período ímpar da história do império. A metrópole acabava de vivenciar um dos seus maiores pesadelos. Um terremoto, pois abaixo parte de Lisboa, o que tornou necessário a sua reconstrução, por conseguinte, recursos. Após o sismo, o déficit atingiu 6 mil contos. Em 1760 e 1761, os saldos deficitários alcançaram 4.180,6 e 4.316 milhões de réis (Costa, Lains e Miranda, 2010, p. 249), respectivamente.

Era necessário reconstruir a sede da monarquia e os recursos necessários viriam das colônias. Por meio do direcionamento do fluxo de mão de obra, o Alvará régio de 1761 foi uma tentativa de alavancar a exploração do ouro e, por conseguinte, aumentar o envio a Lisboa da riqueza extraída, o que causaria grande impacto na reconstrução (Figura 1).

9 Para ser alforriado, o escravo deveria apresentar, obrigatoriamente, o passaporte emitido nas colônias pelas autoridades. Alvará régio de 1761, disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt>

Figura 1 — Ruínas da igreja de São Nicolau (Jacques Philippe LeBas)



Fonte: Imagem retirada da publicação do jornal *Observador* de 20 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/terramoto-de-1755-a-tragedia-que-arrasou-lisboa-e-tambem-mudou-o-mundo/>. Acesso em: 9 de mar. de 2021.

Após o desastre, observam-se ações de intensificação da exploração do Brasil por meio da utilização da mão de obra escravizada. No ano de 1758, houve a liberação do comércio de escravizados para os “brasileiros”; e também a inserção de África oriental portuguesa, Moçambique, no mesmo patamar de Angola e Brasil” (Capela, 2002, p. 138);⁹ em 1761 a proibição, já citada, do desembarque de escravizados no reino e em 7 de maio de 1769 com a liberdade de comércio entre o Brasil e a África oriental enfatizando o tráfico (Capela, 2002, pp. 139-140).

Naquele mesmo ano, Sebastião José de Carvalho Melo declarava: “para se compreenderem os interesses que a Monarquia de Portugal tem na conservação dos Domínios de África, basta fazer-se uma pequena reflexão na física impossibilidade que haveria de se conservar o Brasil [...]”¹⁰ Finalizando os atos relativos aos escravizados,

9 O capitão-geral Francisco de Mello e Castro passou a se corresponder diretamente a Lisboa a partir de 4 de junho de 1753. Moçambique era subjugada administrativamente à Índia.

10 PT/AHU/CU – Angola, Cx.53, doc 90. *Introdução Prévia*, Lisboa, 5 de agosto de 1769.

publicou-se em 1773 o Alvará régio que concedeu liberdade aos filhos de mães cativas gerados na metrópole.¹¹

De acordo com os dados disponíveis, o embarque de escravizados sob bandeira de Portugal durante a segunda metade do século XVIII aumentou aproximadamente 20% em relação à primeira metade.¹² Segundo Daniel Silva, tal crescimento se deu em razão dos eventos ocorridos na América, que ocasionou o aumento da demanda impulsionando o comércio de escravizados (Silva, 2017, p. 11). Todavia, acreditamos que os eventos tenham sido o conjunto de ações de direcionamento do comércio de escravizados para o Brasil; pois o conde de Oeiras “criou condições no sentido de facilitar aos plantadores brasileiros a importação, descendo o juro do crédito a longo prazo de 5% para 3% para, posteriormente, abolir a cobrança,” possibilitando um comércio no qual “os escravos passaram a ser adquiridos ao preço do custo na origem mais uma pequena importância para o frete” (Capela, 1974, p. 150).

Se o projeto arquitetado por Sebastião José de Carvalho Melo para a transformação de Angola, que reconhecia a importância do seu comércio e a vastidão de seus domínios,¹³ não obteve sucesso, as razões, se devem, possivelmente, as próprias decisões do conde de Oeiras relativas, principalmente, ao comércio de escravizados e da própria intensificação que as mesmas causaram para a centralidade do Brasil no Império. Por conseguinte, a lucratividade do comércio de escravizados e a riqueza gerada pelo Brasil foram duros obstáculos que promoveram a máxima sem os escravizados: “não há Brasil, e sem Brasil não há Império” (Santos, 2005, p. 47).

A “retomada” do “projeto Angola” ou sua consolidação de possessão-satélite [?]

Após as medidas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Brasil passou a depender ainda mais da mão de obra escravizada, o que contribuiu para a consolidação de uma elite mercantil ligada ao tráfico de africanos, especialmente por

11 Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt>. Acesso em 15 de março de 2021.

12 Para o período de 1701 a 1750, foram embarcados 1.009.749 escravizados. Já na época seguinte, 1751-1800, a estimativa atingiu 1.199.989 africanos. <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 9 de junho de 2019.

13 Parecer que o Conde de Oeiras apresentou a Sua Majestade em 20 de novembro de 1760. AHU. Códice 555, fl. 55.

meio do porto do Rio de Janeiro.¹⁴ Entretanto, na segunda metade do século XVIII, observou-se uma diversificação da produção agrícola, mesmo em um contexto marcado por instabilidades econômicas e pelo declínio gradual da extração aurífera. Nesse período, o ouro continuou a figurar entre os principais bens reexportados e a desempenhar a função de meio de pagamento amplamente aceito no mercado internacional, reforçando o papel de Portugal como entreposto comercial nas trocas europeias (Costa, Rocha e Sousa, 2013, p. 7).

Quanto à diversificação agrícola, no Brasil, esta só foi observada a partir da década de 1770. Após a consolidação da rota comercial que tinha o Brasil em posição indispensável; este firmou-se como centro das negociações, e o Império passou a ter na alfândega a sua principal fonte de arrecadação (receita). Os dados relativos às receitas imperiais apontam a porcentagem de 29% de toda a arrecadação entre 1762 e 1777 e de 42% em 1804 (Costa, Lains e Miranda, 2010, p. 284). Esse aumento da arrecadação alfandegária ocorreu em razão do maior controle (fiscalização) dos tributos e, também, com o maior desembarque de escravizados no Brasil.¹⁵

Porém, antes de entrarmos no período inicial do século XIX, ou mais especificamente na época definida como “crise de crescimento” (Malerba, 2020, p. 80), que se iniciou em 1796 e perdurou até o ano da fuga da Corte para o Brasil, um personagem surge e tenta, igualmente ao seu padrinho de batismo, transformar Angola. D. Rodrigo de Sousa Coutinho continuou a “obra” do conde de Oeiras, mas diferenciou-se ao propor a redução da carga fiscal de modo a provocar relações mais ativas das colônias com a metrópole. Todavia, um problema se apresentava: necessidade de aumento da receita do Estado. Se havia tal questão, como reduzir a carga fiscal?

A resolução, ao que sugere, passava pelo aumento de todo o processo de exploração colonial, que obrigava maior produção/exploração, comércio de escravizados e controle do contrabando, resultando no recrudescimento do comércio com a metrópole. Com esse intuito, d. Rodrigo de Sousa buscou a transformação da agricultura em Angola. As *Cartas Circulares* enviadas durante o ano de 1797

14 Ver mais em (Fragoso, 1998).

15 Se no período de 1781-90 desembarcaram 237.078, a estimativa alcançou 341.148 escravizados entre 1801-10. Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 4 de jan. 2019.

demonstram a preocupação e a necessidade de “incentivar o cultivo das terras com a mandioca, para as maiores necessidades, mas também introduzir cacau, café e anil” (*Apud.* Santos, 2005, p. 472).¹⁶

Para o historiador Jurandir Malerba, a proposta de d. Rodrigo de Sousa Coutinho salientou a concepção de império em dois aspectos: unidade política do reino e a dependência econômica das colônias. A partir do envio de *Cartas Circulares* a todos os capitães e regentes dos presídios e distritos, buscou-se descrever e quantificar o poder colonial. Para d. Rodrigo de Sousa:

[...] Os domínios de sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro de suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro em breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas de Europa e África, ao Brasil, às costas orientais e ocidentais de África, e ainda ao que nossa Coroa possui na Ásia, é sem contradição uma das potências que tem dentro de si todos os meios de figurar conspícua e brilhantemente entre as primeiras potências da Europa (*Apud.* Malerba, 2020, p.123).¹⁷

Para Malerba, o projeto de d. Rodrigo de Sousa Coutinho buscava a centralidade da metrópole, enquanto a colônia a de provedora de riqueza

[...] as relações de cada domínio ultramarino devem em recíproca vantagem ser mais ativas e mais animadas com a metrópole, do que entre si, pois que só assim a união e a prosperidade poderão elevar-se ao maior auge. Estes dois princípios devem particularmente ser aplicados aos mais essenciais dos nossos domínios ultramarinos, que são sem contradição as províncias da América, que se denominam com o genérico nome de Brasil (Malerba, 2020, pp. 123-124).

A análise de Malerba não destaca o aspecto central da preocupação de Coutinho, que motivou o envio das *Cartas Circulares*. Caso Portugal não conseguisse afirmar-se como centro de seu próprio Império, poderia ser reduzido à condição de uma província da Espanha. Com a crescente centralidade do Brasil após as reformas pombalinas, intensificaram-se as trocas entre a colônia e os domínios africanos, o que, em certa medida, diminuiu o protagonismo político e econômico da metrópole em suas relações com as possessões do Atlântico Sul.

16 Cartas circulares de 1797.

17 *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América.*

A preocupação de Coutinho residia na forma de preservar o território europeu português, cuja sustentação dependia, naquele contexto, da manutenção da subordinação do Brasil à Coroa portuguesa, sem que isso implicasse o risco de perder o controle sobre a colônia. Nesse sentido, é possível que a redução da carga fiscal tenha funcionado como um instrumento para reforçar a sujeição dos domínios do Atlântico Sul a Portugal e, conseqüentemente, garantir a integridade do Império.

A manutenção do Império e a centralidade da metrópole passava, obrigatoriamente, pelo elemento-chave que era a administração colonial. Ou seja, organização econômica (Cardoso e Cunha, 2011, p. 86). Contudo, após as ações do Marquês de Pombal e do seu afilhado, Rodrigo Coutinho, verificou-se o aumento da dependência do reino da colônia americana. Entretanto, como foi possível essa ampliação com a diminuição da exportação do Brasil durante o período de 1760 a 1800?

Há a organização das finanças por parte do reino, sendo exemplo a criação da Junta de Comércio (1755), que intensificou o comércio colonial. Naquele mesmo ano de 1755, foi criada a Companhia de Comércio Grão-Pará e, quatro anos mais tarde, a de Pernambuco e Paraíba. Conforme observou Cardoso e Cunha, ambas companhias provocaram a redução da liberdade de comércio dos agentes econômicos, estabelecendo monopólio colonial nas regiões onde atuaram; mas, acima de tudo, alcançaram sucesso. (Cardoso e Cunha, 2011, p. 79). No entanto, a exportação do Brasil caiu de 4,8 milhões para 3,5 milhões de libras entre os anos de 1760 a 1800 (Buescu, 1973, p. 123). Como explicar que, nesse recorte temporal, tenha ocorrido um aumento na produção de gêneros? Se a produção cresceu, de que forma se justifica a redução das exportações?

O decréscimo se deveu à robustez de um mercado interno no Brasil. Apresentando, de certa maneira, a “independência” da colônia em relação à metrópole exatamente quando o Brasil, em razão das ações de Sebastião José de Carvalho Melo, torna-se no principal gerador de receitas e antes da tentativa de Coutinho em recuperar a centralidade da metrópole no Império.

Nesse período de transição que se deu entre a saída de Sebastião José de Carvalho Melo e a chegada de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, a rainha d. Maria I,

possivelmente, buscando manter a integralidade do Império no Atlântico Sul publicou o Alvará que proibiu qualquer tipo de manufatura em terras do Brasil. O documento só excetuava as fábricas que teciam “grossas de algodão” destinadas ao vestuário de uso dos escravizados. A argumentação para tal impedimento era em função da geração de prejuízos na agricultura e nas minas.¹⁸

Se ao Brasil não eram permitidas manufacturas, esperava-se que a metrópole suprisse a ausência. Mas o que existia era o déficit industrial. O atraso da industrialização em Portugal ocasionou uma maior dependência da exploração das colônias por meio da produção de gêneros primários e exploração das riquezas naturais com a utilização de mão de obra escravizada. Talvez, esse fato demonstre o impacto negativo da política/econômica de Sebastião José de Carvalho em direcionar o comércio de humanos escravizados para o Brasil e estruturar toda a exploração a partir desse tipo de mão de obra.

Por conseguinte, o que existiria em Portugal, após a saída de Sebastião José, era uma indústria como mera “atividade complementar da agricultura” (Pedreira e Monteiro, 2013, pp. 132-135) dependente da produção do Brasil, o que arrastou o produto industrial português (Costa, Rocha e Sousa, 2013, p. 182).

Logo, sendo o déficit industrial um fato, a proibição de manufacturas no Brasil era fruto da política colonial pautada na exploração da terra e, também, pelo receio da “independente” colônia suplantará a metrópole no processo de industrialização, por quê? O mercado interno do Brasil já se apresentava consolidado, com a produção de gêneros a movimentar grande parte da reexportação portuguesa.

A política colonial evidenciava dois aspectos: uma “clara consciência do atraso do capitalismo português”, e a função central do Brasil que desempenhava, “um importante papel na sua superação como fonte de acumulação rápida de capital” (Freudhental, 2005, p. 63). O que possibilita a interpretação de uma política dependente da riqueza gerada pelo Brasil, a partir de sua configuração de dependência da mão de obra escravizada oriunda, principalmente, de Angola.

A dependência comercial de Portugal no início do XIX

18 Alvará de proibição de manufacturas no Brasil publicado em 1785.

A configuração imposta por Portugal provocou, no início do século XIX, maior dependência do reino dos domínios no Atlântico Sul. Fato que torna intrigante o entendimento da instabilidade comercial durante o período de 1760 a 1800 em razão da melhora da balança comercial portuguesa ao fim do mesmo período. Em média, mais de 2.500 contos de réis anualmente entre 1796 e 1806. Tal sucesso, pausava sobre mercadorias como “açúcar, algodão, peles e couros, tabaco, drogas, madeiras, café e arroz” (Pedreira, 2013, p. 137). Já em 1800, o saldo positivo foi de 653.455 réis, com a reexportação representando 80,3% das exportações. Constata-se, também, a importância econômica da função de entreposto exercida pelo reino numa época sem o protagonismo da remessa do ouro. Portugal alcançou no ano de 1805 o saldo superior aos 7 milhões de réis (Costa, Lains e Miranda, 2011, p. 264 e 249); demonstrando, de certa forma, que a política iniciada com Pombal e continuada por Coutinho de maior fiscalização, racionalidade, controle e redução de tarifas apresentou resultados econômicos para o reino e, ao mesmo tempo, desastrosa dependência ao optar e exercer a função de entreposto comercial, ou seja, maior vulnerabilidade em relação ao Brasil e a sua dependência do trabalho escravizado.

A melhora da balança comercial, deveu-se à intensificação do comércio de escravizados, que iniciou-se com as políticas pombalinas após o terremoto de Lisboa, como o, já citado, Alvará régio de 1761. Foi a partir da catástrofe e das ações de Sebastião José de Carvalho Melo, e, posteriormente, retomadas por seu afilhado, que houve a incrementação da exploração das riquezas originárias da colônia americana por meio da otimização do comércio de escravizados. Com isso, afirmar-se a existência de uma política colonial excessivamente ordenada a partir do aproveitamento dos recursos naturais de suas colônias.

Essa constatação, nos posiciona perante o diálogo de Valentim Alexandre com a obra de José Capela, quando este afirmou a inexistência de uma política colonial. O ponto central da discordância se assenta na ideia da passividade portuguesa que “haveria de ser a que lhe imporia a Inglaterra” (Alexandre, 1979, pp. 14-15). Mas o que se observa é a existência do extrativismo¹⁹ sequioso como política, intensificado a partir da necessidade financeira para reconstrução de Lisboa, e elevada em razão da

19 Considerado a mais antiga atividade humana que se baseia na coleta de produtos naturais de origem animal, vegetal ou mineral.

condição do território diminuto do reino e da escassa população; para além do atraso industrial existente.

Com a opção pelo exercício de entreposto comercial, por conseguinte, centro redistribuidor de gêneros coloniais a partir, essencialmente, da América; África fornecia o trabalho escravizado responsável pela exploração, produção e receita. O crescimento da importação de africanos pelo Brasil é claramente perceptível, entre os anos de 1751 a 1790, o embarque com destino ao sudeste do Brasil foi de 384.340. Somente no decênio de 1791 a 1800, o quantitativo alcançou 119.965, totalizando 503.259 frente aos 319.017 referentes ao período de 1701 a 1750.²⁰

Esses dados são relativos aos embarcados em toda a África, mas se isolarmos apenas os embarcados no centro-oeste da África e St Helena, as informações evidenciam mais claramente a função de Angola como exportadora de escravizados. Por exemplo, o comércio humano movimentou no período de 1701 a 1800 o embarque de, aproximadamente, 822.276 escravizados, com a região do centro-oeste da África e St Helena responsável por 787.832. A segunda metade do século XVIII apresentou a estimativa de 492.228 embarcados, com a última década movimentando 117.005 dos 119.965 embarques.²¹

Enquanto a mais intensa rota comercial da metrópole tinha origem no Brasil, este, por sua vez, mantinha vigorosa troca com Angola. Tal troca acabou levando o domínio africano a se relacionar mais ativamente com a colônia americana do que com o próprio Portugal. Angola tinha um papel ímpar tanto para o Brasil quanto para Portugal. Para o Brasil, a relevância se dava em razão da dependência do trabalho escravo. Já para Portugal, a relevância se dava em função da movimentação gerada pelo comércio de escravizados.

Com uma industrialização diminuta, Portugal era praticamente agrícola e vivenciava o aumento e diversificação de sua produção. Contudo, esse crescimento ocorria em sua colônia na América, cuja existência de seu próprio mercado interno provocava maior centralidade e abandono/esquecimento da agricultura no reino, fato que se observa na escassez de trigo nos anos de 1789 e 1790, o que obrigou a “[...] vir de fora vinte mil moios de trigo, além de quarenta mil barricas de farinha” (Alves, 2015,

20 Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

21 Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 21 de mar. de 2021.

pp. 519-523). Tal fato se repetiu nos anos de 1792 até 1794, quando Portugal foi “socorrido” pela Inglaterra (Alves, 2015, pp. 519-523).

A “ociosidade” proporcionada pelas riquezas de além-mar tornou a metrópole não só sujeita às colônias, mas, também, às nações estrangeiras. No período de 1778-1779 os grãos estrangeiros representavam 75% das vendas no Terreiro do Trigo de Lisboa, o que se arrastou até os anos iniciais do século XIX. A dependência econômica do Império pode ser observada pelo bombeamento que a colônia americana realizava. Assentada socialmente na apropriação do trabalho do escravizado, responsável pela produção dos gêneros que proporcionaram mais de 60% das exportações portuguesas às vésperas da fuga para o Brasil (Pedreira, 2013, p. 139),²² apesar da queda verificada nas exportações da colônia portuguesa na América.

Mesmo com a diminuição das exportações do Brasil, este era o responsável pelo abastecimento do mercado angolano em função da própria necessidade de mão de obra escravizada. Essa interdependência provocou temor em caso de um possível fim do comércio de escravizados que, segundo o governador de Angola, poderia levar a um “estado crítico a que poderá ficar reduzido o sossego público de Angola [...] ficando por isso sem extração o grande número de Escravos, que o Gentio costuma trazer ao Mercado e nas consequências que daqui se podem seguir”.²³

Quando, em 7 de novembro de 1831, o Brasil proibiu o comércio de escravizados, as autoridades angolanas ressaltavam a ausência de instruções pelo reino que orientassem a busca do equilíbrio comercial que “não tendo o País gêneros de exportação que balanceasse os de importação, [...] procurou o intermédio de outras Praças que lhe compensassem esta falta”.²⁴ E ressaltou que as autoridades não recebiam instruções da corte e que com o fim da “saída lícita dos Escravos, foram desde então privados os Cofres Públicos de seu principal ou quase único Rendimento”.²⁵

22 Jorge Pedreira apresenta 61,7% das exportações de Portugal compostas de produtos brasileiros.

23 PT/AHU/CU – Angola, Cx 162, doc 55. *Ofício do governador de Angola ao ministro do reino, conde de Basto – José António de Oliveira Leite e Barros*, Lisboa, 21 de setembro de 1829.

24 PT/AHU/CU – Angola, Cx, 1A, doc 36. *Ofício da junta governativa a Jozé da Silva Carvalho, Ministro da Fazenda*.

25 Idem.

Se em Angola observou-se o impacto das ações do Brasil, o mesmo ocorreu na metrópole. O deputado barão de Quintela (Castro, 2002, pp. 483-487)²⁶ salientou a necessidade de melhoramentos para sair da situação de decadência após anos de “[...] imensos tesouros: um comércio de monopólio, seguido das ricas produções do Brasil”.²⁷ E sugeriu a liberdade ao cidadão português ou a associados de empreender a própria custa obras de infraestrutura com a única finalidade de dar vida ao Estado e aumentar a circulação de riquezas, a qual beneficiava todo o país.

Retomando a antiga questão apresentada por Valentim Alexandre e refutada pelos autores Costa, Lains e Miranda de o “subdesenvolvimento” português se dever, em parte, à independência,²⁸ indagamos: não seria o inverso? Em outras palavras, o subdesenvolvimento das colônias – Brasil e Angola – não estaria atrelado à política colonial excessivamente ordenada a partir do aproveitamento dos recursos naturais que reservou à metrópole a função de atravessadora?

Um novo Brasil em África [?]

A partir das ações de direcionamento do comércio de escravizados para o Brasil, sob a lógica do “sistema colonial,” na qual a colônia americana serve de cornucópia a abastecer ininterruptamente a metrópole” (Malerba, 2020, p. 76) provocando a subordinação econômica dos domínios em África, um sistema de sujeição mútua surgiu. E, em razão de tal processo econômico ser controlado pelos comerciantes da praça do Rio de Janeiro, questiona-se: qual seria a função dos domínios em África para o Império português após a independência do Brasil?

Porém, antes de abordarmos a busca portuguesa pelo substituto econômico do Brasil para o Império, apresentamos dados sobre o comércio exterior de Portugal. Se no início do XIX, a balança comercial foi favorável, após a independência do Brasil, esta encontrava-se em situação inversa. No ano de 1834 foi apresentada à Câmara dos

26 Joaquim Pedro Quintela (1801-1869) foi eleito pela província da Estremadura em 5 de outubro de 1826 para a legislatura de 1826-1828. Foi um dos deputados mais novos e ocupou o cargo de secretário da mesa provisória na legislatura de 1826 e pertenceu à 5ª Comissão Geral.

27 Proposição apresentada em 30 de novembro de 1826. *In*: Debates Parlamentares da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, 1822-1910. Lisboa, 11 de dezembro de 1826, p. 161. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt>

28 Sobre essa nova versão de uma antiga discussão, ver (Costa, Lains e Miranda, 2010, pp. 296-300).

Deputados a *Demonstração do comércio do Reino de Portugal* na qual é possível encontrar a grave situação financeira do reino no período em que o Brasil torna ilegal o comércio de escravizados; ocasionando, em Angola, um altíssimo déficit orçamentário, conforme veremos adiante. A *Demonstração* informou aos legisladores o cenário deficitário da balança comercial. O ano de 1828 apresentou importações de 12.019.196\$804 e exportações de apenas 10.782.763\$547, ou seja, déficit de 1.236.433\$258 cruzados. Situação que se agravou nos dois anos seguintes, com déficits de 2.183.169\$941 e 2.449.273\$624 cruzados.²⁹

Com o agravamento financeiro após a emancipação do Brasil, Portugal buscou em África um substituto. Era necessário um novo provedor de receitas em razão da configuração na qual o Império ou a exploração das colônias foi estruturado, principalmente, a partir do período pombalino. Evidente era a impossibilidade da manutenção dos domínios portugueses sem a presença comercial do Brasil naquele momento imediato a ruptura; sobretudo, enquanto um novo Brasil não era “encontrado”. A opção pela centralidade da ex-colônia americana no Império apresentou suas consequências ao reino após a emancipação. Se o conde de Oeiras planejou ou vislumbrou Angola com *status* equiparável ao Brasil em razão da importância do seu comércio e pela vastidão de seus domínios,³⁰ a mesma durante toda a segunda metade do XVIII e início do XIX exerceu a função de possessão satélite. Isto é, foi provocada a abdicar de sua exploração para fornecer trabalhadores escravizados ao Brasil. Todavia, até o ano de 1830, essa função de provedora de mão de obra escrava apresentou resultados econômicos positivos para o Império português.

Angola até o ano de 1830 não havia apresentado déficit, algo que mudou drasticamente quando o Brasil tornou ilegal o comércio de escravizados,³¹ principal receita da possessão. Para termos a ideia do impacto gerado com a proibição, o *Orçamento da Receita e Despesa dos Cofres da Junta da Real Fazenda de Angola* para o

29 Demonstração do comércio do Reino de Portugal pelos valores das Importações e Exportações com o Brasil, Inglaterra e mais Nações Estrangeiras em os Annos de 1811 a 1831, extrahido dos mesmos Annos. PT/AHP/ Secção I/II, Cx, 430, Maço 315, doc, 86.

30 AHU. Códice 555, fl. 55. *Parecer que o Conde de Oeiras apresentou a Sua Majestade*, Lisboa, 20 de novembro de 1760.

31 A proibição do comércio de escravizados começou a vigorar a 13 de março de 1830 em respeito ao tratado de 1826 entre o Brasil e a Inglaterra.

ano de 1831, apresentado a 15 de julho do mesmo ano, a receita prevista foi de 85:693\$681 réis³² e a despesa de 155:876\$541, a mostrar um déficit de 70:182\$860 réis.³³

Para minimizar o impacto, mas mantendo a dependência da receita gerada pelas embarcações do Brasil, foi proposto a substituição dos “Rendimentos de Direitos e Subsídios de Escravos” para os “Novos Direitos de Importação, Exportação e Ancoragem,” com a cobrança de 15% de direitos sobre o comércio realizado pelas embarcações brasileiras.

Somente a partir desse cenário econômico negativo, tanto no reino, quanto nas possessões no Atlântico Sul, foi que se buscou, concretamente, alternativas ou um “novo Brasil.” Não foi sem motivos que Angola só passou a apresentar alta na exportação de seus gêneros coloniais somente a partir dos últimos anos da década de 1840 (Dias, 1998, p. 379); evidenciando, assim, o impacto negativo da política iniciada por Sebastião José de Carvalho Melo, que direcionou o comércio de escravizado ao Brasil e terminou por impossibilitar o desenvolvimento agrícola.

Durante a segunda metade do século XVIII e, praticamente, toda a primeira parte do XIX, o domínio não alcançou a distinção vislumbrada pelo conde de Oeiras. Após a *Introdução Prévia* de Sebastião José de Carvalho Melo, vimos que d. Rodrigo de Sousa Coutinho deu continuidade não só à política iniciada pelo seu antecessor, como reforçou o papel central do Brasil no Atlântico Sul. O resultado dessa opção foi sentido de forma contundente e negativa após a emancipação do Brasil e com as novas leis e proibições impostas pelo novo Império, demonstrando de maneira incontestável a impossibilidade de controle sobre as riquezas do emancipado Brasil. Fato que provocou na Câmara de Deputados de Portugal o avultar de apresentações, debates e projetos voltados para as possessões em África (Souza, 2020 e Souza, 2017, pp. 4-15).³⁴

32 O orçamento não considerou a previsão de receita oriunda do tráfico. Insta salientarmos que, após a proibição brasileira do comércio de escravizados, os mapas alfandegários deixaram de apresentar dados relativos ao tráfico. Teoricamente, deixou de gerar arrecadação para o cofre da possessão.

33 PT/AHU/CU – Angola, Cx, 171, doc, 21. O envio do orçamento foi em cumprimento da Régia Provisão de 29 de outubro de 1830.

34 Sobre os projetos apresentados e debatidos no Parlamento português, ver em: Souza, Alan de Carvalho. *Do Brasil para África: o café na viragem do império português (1807-1850)*.

Em consulta encaminhada ao governo central pela Junta Geral de Cabo Verde,³⁵ foram apontados pontos considerados responsáveis pelo não desenvolvimento da possessão como: os males resultantes da seca acarretavam “o abandono das nossas Possessões da alta Guiné”,³⁶ reconhecidas por suas “bellas posições, fertilidade de seus solos e as vantagens que elas oferecem a Nação inteira”. A Junta disse ainda: “[...] que a Nação pode dela fazer um novo Brasil, e pela posição em que se acha colocada ainda de mais vantagem”.³⁷ Fato reconhecido era a fecundidade de algumas ilhas do arquipélago cabo-verdiano, como a “fértil ilha de S. Antão, que produz anil, tabaco, aguardente, vinho, milho, café, algodão, batata, feijão.”³⁸

Em janeiro de 1834, a Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Pública da Província de Cabo Verde apresentava também seu déficit. Os dados eram relativos ao ano de 1833, com rombo de 37:427\$663 réis.³⁹ Naquele mesmo ano de 1834, em busca de um novo provedor de riquezas para o reino, foi apresentado o *Prospecto Estatístico-Econômico da Província*, e em muitas das observações constantes, encontra-se a seguinte indagação: “Que meios se deve adotar para ressuscitar esta Província Ultramarina, e fazer dela um novo Brasil aquém do Equador?”⁴⁰

Um novo Brasil passou a ser o objetivo do governo central, vale ressaltar que a posição alcançada pela colônia americana ocorreu em razão do direcionamento de escravizados, principalmente de Angola, que povoou e cultivou o Brasil (Alencastro, 2000, p. 330). Se assim foi, quem forneceria os escravizados para, por exemplo,

35 Após a consulta da documentação, pareceu-nos que, além do governador-geral, a província de Cabo Verde era composta por diversas juntas que auxiliavam o governador. Junta Geral da Província constituída na vila de Praia da ilha de Santiago e composta por: António José Silva (Procurador de Santo Antão), João José António Frederico (Procurador da comarca da Guiné), João Gomes Barboza (Procurador pelo conselho da ilha do Fogo), Joaquim Marques (Procurador pela ilha de São Nicolau), Francisco Cardoso de Mello (Procurador pela ilha de Boa Vista), António Pereira de Borja (Procurador pelo conselho de Santa Catharina), Ambrozio Gomes de Carvalho (Procurador pela vila de Praia) Luis António Fortes (Procurador da ilha Brava) e Manoel António dos Santos (Procurador pela ilha de Maio). PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx 53, doc [s.n]. *Consulta Geral da Junta Geral da Província – cópia das sessões da Junta da Província de Cabo Verde do ano de 1835*, Lisboa, 9 de janeiro de 1836.

36 Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa

37 PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx 53, doc [s.n]. *Consulta Geral da Junta Geral da Província – cópia das sessões da Junta da Província de Cabo Verde do ano de 1835*, Lisboa, 9 de janeiro de 1836.

38 Idem.

39 Idem. Junta composta por: Antonio Britto do Lago, Marcellino Resende Costa, Jose da Silva Pereira e Ambrozio Gomes d’Carvalho.

40 PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx 53, doc [s.n]. *Prospecto Estatístico Econômico da província de Cabo Verde do ano de 1834*. Documento elaborado pelo deputado por Cabo Verde José Joaquim Lopes de Lima.

Angola? Seria ela própria? Outro ponto: a maior receita do Império era a alfandegária, e boa parte era resultante do comércio humano a partir do porto de Luanda, ou seja, era o Brasil a movimentar e, sem este, quem movimentaria?

O resultado da configuração, com o Brasil exercendo papel central no desenho do Império no Atlântico Sul, prejudicou os domínios portugueses, principalmente, quando o Brasil se emancipou. A saída para não ocorrer uma estagnação total foi dar à ex-colônia tarifas inferiores, abaixo até das que pagavam as próprias possessões, provocando e mantendo a dependência do Brasil. Essa relação continuada de submissão provocava ou ajudava a provocar a “improdutividade,” por exemplo, de Cabo Verde. Afora baixa produção agrícola em razão das já citadas questões climáticas; há alta taxaço sobre a produção cabo-verdiana, que foi considerada incoerente pelos comerciantes que exemplificavam o “absurdo”: “que uma arroba de Café de Cabo Verde para muito perto de 1\$800 reis e a mesma arroba de Café brasileiro sobe mui pouco de 600 reis.”⁴¹

O Império, no Atlântico Sul, era dependente economicamente do Brasil; sendo esse fato comprovado pela manutenção da taxaço diferenciada sobre os produtos oriundos do ex-Reino Unido de Portugal. A tarifa sobre os gêneros do Brasil era inferior a cobrada sobre os gêneros provenientes dos próprios domínios portugueses, o que dificultou no desenvolvimento das possessões em África, que sofriam, em sua maioria, a cobrança de 30% enquanto a ex-colônia pagava 15% de direito de entrada em Portugal. Tamanha dependência, lembra o ocorrido com a Inglaterra quando, esta, se beneficiou de tarifas baixas após proteger a coroa portuguesa em sua fuga para a América do Sul. Ocorrências como estas nos levam à hipótese de ser o Brasil o colonizador dos domínios em África em razão da colonização imposta por Portugal, que provocou a formação e sustento do Brasil a partir de Angola (Alencastro, 2000, p. 247 e 353).

Independentemente, o sucedido, ou seja, o favorecimento aplicado ao Brasil, segundo os comerciantes da praça de Lisboa, foi um dos pontos para o não desenvolvimento ou diversificação da agricultura nas províncias em África.⁴² Ponto de

41 PT/AHU/CU – Cabo Verde, cx 85A, doc 81, *Representação dos comerciantes da praça desta cidade, Lisboa, 23 de novembro de 1826.*

42 PT/AHU/CU – Cabo Verde, cx 85A, doc 81, *Representação dos comerciantes da praça desta cidade, Lisboa, 23 de novembro de 1826.*

concordância, principalmente com as ações do governo central após a emancipação em 1822. Mais de dois anos após a proclamação da independência, isto é, em 6 de dezembro de 1824, foi publicado o Alvará que buscava recíproco “Comércio de seus Reinos com o de Angola”. A publicação trazia em seu art. 1º “que por espaço de dez anos [...] todos, e quaisquer gêneros, que se importarem, ou que se exportarem dos Portos do Reino de Angola e Benguela em direção para os destes Reino de Portugal serão isentos da metade dos direitos [...]”.⁴³ O objetivo era o aumento das trocas comerciais; no entanto, o comércio de escravizados gerou uma maior ligação e dependência da mesma com o Brasil, ocasionando o insucesso da redução (Guizelin, 2016, p. 116), que foi ajudado pela ausência de uma política de povoamento para a possessão.

O fracasso da publicação já era, de certo modo, esperado em razão da ausência de produção efetiva de gêneros, algo ressaltado dois anos antes da publicação do Alvará no relatório da Comissão Parlamentar do Ultramar de abril de 1822.⁴⁴ Outros dois pontos foram: a baixa circulação marítima entre a metrópole e Angola e a preponderância do comércio de escravizados. Sendo o escravizado o principal “produto” angolano, este não podia ser comercializado em Portugal em razão do Alvará régio de 1761. Como então superar a barreira criada durante a segunda metade do século XVIII e que alicerçou o Brasil como o centro do império e dependente do africano escravizado?

A publicação de 6 de dezembro de 1824, em razão da dependência econômica do Brasil, provocou na metrópole o receio de que o comércio de escravizados chegasse ao fim. O Alvará gerou esse temor nos negociantes e fabricantes da praça de Lisboa,⁴⁵ que cogitaram uma ação frente a “interrupção” do comércio com o Brasil durante o reconhecimento de sua independência, levando a especulações como a de 14 de dezembro de 1825: “[...] persuasões do último ministério de Vossa majestade Imperial

43 Alvará de 6 de dezembro de 1824. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/61/p2>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

44 Relatório de 19 de março de 1822 apresentado na sessão do dia 19 de abril de 1822. Debates parlamentares. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/061/1822-04-19?sft=true&q=caf%25C3%25A9&pPeriodo=mc&pPublicacao=c1821#p875>. Acesso em: 31 de jan. de 2019.

45 PT/AHU/CU – Angola, Cx 150, doc 25. *Representação dos Negociantes e Fabricantes da Praça de Lisboa*, Lisboa, 14 de dezembro de 1825.

Real que no termo de quatro anos que vai ter o Comércio da Escravatura pelo tratado com a Inglaterra [...]”.⁴⁶

O domínio brasileiro sobre Angola é observado, também, na dificuldade que as embarcações portuguesas tinham em regressar à metrópole com produtos da terra. Em 6 de junho de 1825, foi comunicado ao conde de Suberra que no porto de Luanda se encontravam “cinco navios de Lisboa, além de muitos do Brasil”. E por essa razão, “tornaram difícil e menos interessantes dos gêneros que trouxeram” os lisboetas. Assim, a única possibilidade para as embarcações “portuguesas” era buscar outro produto que pudesse ser comercializado; todavia, “os gêneros que podem ser exportados para Portugal são por agora tão diminutos que não podem oferecer com eles meio de fazer passar”.⁴⁷

Mesmo com a redução das tarifas, o comércio de Angola com a metrópole era impossibilitado pelo controle comercial exercido pelo Brasil. Buscando superar o domínio, em 13 de janeiro de 1825 o governo central encaminhou ao governador de São Tomé e Príncipe o *Real Aviso*, que determinava “por bem favorecer o recíproco Comércio desses Reinos com o de Angola.”⁴⁸ A solicitação, que buscava promover o abastecimento do mercado angolano com produtos agrícolas produzidos em São Tomé e Príncipe, gerou a ríspida resposta asseverando “[...] que estas ilhas constituem um Governo separado e independente do Reino de Angola, nem fazem parte dos Governos de sua dependência”.⁴⁹

O *Real Aviso* foi resultado das sugestões contidas no relatório da Comissão de Ultramar, que, por sua vez, apresentou a preocupação em transformar Angola em “um novo Brasil” (Dias, 1998, pp. 379-471).⁵⁰ O documento apresentou ainda a recomendação a São Tomé e Príncipe de aumentar as culturas de gêneros que tivessem melhor aceitação em Angola.⁵¹ Contudo, ao responder, o governador João

46 *Idem*.

47 PT/AHU/CU – Angola, Cx 148, doc 63, *Ofício*, Luanda, 6 de junho de 1825.

48 PT/AHU/CU – São Tomé e Príncipe, Cx 56, doc 113, *Correspondência do governador geral da ilha do Príncipe e São Tomé*, Príncipe, 21 de janeiro de 1826.

49 *Idem*.

50 Um ou novos “brasis” foi considerado para outras províncias como: São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

51 Relatório de 19 de março de 1822 apresentado na sessão do dia 19 de abril de 1822. Debates parlamentares. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/061/1822-04-19?sft=true&q=caf%25C3%25A9&pPeriodo=mc&pPublicacao=c1821#p875>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

Maria Xavier de Brito chamou atenção para o “estado de decadência, em que se achavam” as ilhas. Salientou, por fim, a necessidade de São Tomé e Príncipe “careça mais de tão saudáveis providencias do que o Reino de Angola”.⁵² Essa tentativa de provocar comércio entre os domínios, evidencia a continuidade ou a dependência da metrópole, em função de sua incapacidade produtiva e industrial, da política colonial de meados do século XVIII.

Conclusão

A colonização imposta ao Brasil, o estruturou socialmente a partir da apropriação do trabalho escravizado, gerando dependência do fornecimento de mão de obra oriundo dos domínios portugueses em África. Esse desenho estrutural produziu o processo de dependência mútua, Brasil/África/Brasil/Portugal, que possibilita pensar o Brasil, até o período de vigência/legalidade do comércio humano, como “colonizador” das possessões de Portugal no Atlântico Sul. Tal atribuição ocorreu em função da imposição do modelo colonial imposto à colônia americana. Essa conjectura se sustenta no papel que o Brasil desempenhou no Império, quando se tornou a sede e o centro político da Coroa.

A dependência portuguesa da receita gerada pelo comércio movimentado pelo Brasil é um fato que se observa na situação econômica dos domínios português no Atlântico Sul após a independência de 1822. Logo, a manutenção dos benefícios comerciais ao Império brasileiro após a sua emancipação demonstra e expõe a estrutura do Império português no Atlântico Sul. A baixa industrialização do reino, juntamente com a política imposta após o terremoto de 1755, provocou a centralidade da colônia americana e, de certo modo, a subordinação da riqueza que a mesma gerava.

Ao pontuarmos tais aspectos da administração, tornou-se evidente que, mesmo tendo conhecimento dessa sujeição, Portugal manteve e expandiu a mesma ou a base de sua antiga política colonial quando o Brasil afirmou sua independência. A procura pelo substituto encontrou barreiras que a política colonial havia criado, mesmo assim,

52 Ofício do governador de São Tomé e Príncipe ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos e da Marinha, José Monteiro Torres PT/AHU/CU – São Tomé e Príncipe, Cx 56, doc 113.

a busca se manteve a partir daquele modelo. Ou seja, algo parecido com “ciclo vicioso” criado pela opção de exportar gêneros básicos e importar manufacturas.

Com o Atlântico Sul sem o seu “motor central”, Angola, até então, responsável pelo cultivo e povoamento do Brasil, sofre a política de substituição de quem o Atlântico Sul sempre esteve subjugado. Pontos como a procura desse novo Brasil reproduzindo o modelo de colonização de meados do século XVIII com fazendas monocultoras a partir do trabalho escravizado, como foi o caso da Prototypo com o cultivo de 1.400.000 pés de café⁵³ e mais de 400 escravos (Freudhental, 2005, p. 174); demonstram a continuidade do déficit industrial causado pela opção da citada política que ocasionou a função da metrópole de mera reexportadora ou atravessadora. Um novo Brasil em África é a continuidade de um Império estruturado, ao menos no Atlântico Sul, assente na escravização.

Referências

Fontes *Manuscritas*

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Conselho Ultramarino

Códice/Angola:

AHU. Códice 555.

Angola

PT/AHU/CU – Angola, Cx.53, doc 90. *Introdução Prévia*, Lisboa, 5 de agosto de 1769.

PT/AHU/CU – Angola, Cx, 1A, doc 36.

PT/AHU/CU – Angola, Cx 148, doc 63.

PT/AHU/CU – Angola, Cx 150, doc 25.

PT/AHU/CU – Angola, Cx 162, doc 55.

PT/AHU/CU – Angola, Cx, 171, doc, 21.

Cabo Verde

PT/AHU/CU – Cabo Verde, cx 85A, doc 81.

PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx 53, doc [s.n].

53 *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, número 601, de 4 de abril de 1857, p.13.

São Tomé e Príncipe

PT/AHU/CU – São Tomé e Príncipe, Cx 56, doc 113.

Slave Voyages :

<http://www.slavevoyages.org>.

Legislação Régia:

Alvará régio de 1761.

Alvará de proibição de manufaturas no Brasil publicado em 1785.

Alvará de 6 de dezembro de 1824.

Arquivo Histórico Parlamentar - AHP.

Debates Parlamentares:

PT/AHP/ Secção I/II, Cx, 430, Maço 315, doc, 86.

Relatório de 19 de março de 1822 apresentado na sessão do dia 19 de abril de 1822.

Debates parlamentares. Disponível em:

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/061/1822-04-19?sft=true&q=caf%25C3%25A9&pPeriodo=mc&pPublicacao=c1821#p875>

Fontes Impressas:

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Boletins/Angola:

Boletim do Governo Geral da Província de Angola, número 601 de 4 de abril de 1857.

Fontes impressas:

Males que tem resultado a Portugal dos tratados de Commercio celebrados com a Inglaterra: necessidade de promover a nossa industria fabril e meios de tirar vantagem da navegação e commercio com as nossas possessões ultramarinas a despeito das tramas do Governo daquele Paiz. Typographia Lisboense. Lisboa, 1840.

Barros, Jozé Joaquim Soares de. *Memória sobre as cauzas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia. In: Memórias econômicas da academia de sciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas.* Tomo I. Lisboa, 1789.

Relatório do marquês do Lavradio quando da entrega do cargo de Vice-rei a Luís Vasconcelos e Sousa. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo IV de 1842.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979.

ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no parlamento (1821-1910) Vol. I*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.

ALVES, José Augusto dos Santos. *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820)*. Porto: Mediaxxi/Formalpress, 2015.

BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1973.

CAPELA, José. *Escravidão: a empresa de saque, o abolicionismo*. Porto: Afrontamento, 1974.

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2002.

CARDOSO, José Luís e Cunha, Alexandre. *Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808)*. Tempo 17 (31), 2011.

CASTRO, Zília Osório de (Direcção). *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. II. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch. *História econômica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2010.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela e SOUSA, Rita Martins. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

DIAS, Jill. *Criando um novo Brasil (1845-1870)*. In: Alexandre, Valentim e Dias Jill. *O império africano 1825-1890*. Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREUDHENTAL, Aida. *Arimos e Fazendas. A transição agrária em Angola*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

GASPAR. Gabriel de Abreu Machado. *Luís dos Santos Vilhena: Pensamento ilustrado na colônia*.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. *Depois dos navios negreiros: a criação do Consulado Brasileiro em Luanda e as relações do império com a colônia portuguesa de Angola, 1822-1860*. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: história dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino: da ilustração portuguesa à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MARCELLINO MARTINS & JOHNSTON EXPORTADORES LTDA. (eds.). *150 Anos de Café*. Salamandra Consultoria Editorial S.A: Rio de Janeiro, 1992.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A vida política*. In: Pedreira, Jorge, Monteiro, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013. p. 37-76.

OLIVEIRA, Aurélio. *Mappa histórico e político do Reyno de Portugal*. In: Revista da Faculdade de Letras: História, 04/05, 1973-1974, p. 9-88.

PAQUETTE, Gabriel. *In the Shadow of Independence: Portugal, Brazil, and Their Mutual Influence after the End of Empire (late 1820s-early 1840s)*. *e-JPH*, Porto, v. 11, n. 2. 2013. p. 101-119.

PEDREIRA, Jorge. *O Processo econômico*. In: Pedreira, Jorge, Monteiro, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013, p. 123-164.

SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2005.

SILBERT, Albert. *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*. Tradução: José Raimundo Correia de Almeida. Lisboa; Livros Horizonte, 1972.

SILVA, Daniel B. Domingues da. *Atlantic Slave Trade in the Century of Abolition, 1780-1867*. Cambridge: Cambridge: University, 2017.

SOUZA, Alan de Carvalho. O café em África no período de reconhecimento da independência do Brasil. *Revista Mosaico*. 2017 Jul./Dez.; 08 (2). p. 04-15.

SOUZA, Alan de Carvalho. O ergue-se [?] do império português após o reconhecimento da independência do Brasil (1825-1835). *Revista Mosaico*, v.11, n.2, p. 47-55, 2020.

SOUZA, Alan de Carvalho. *Do Brasil para África: o café na viragem do império português (1807-1850)*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa Interuniversitário de Doutorado em História, Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Lisboa, 2020.

SOUZA, Alan de Carvalho. A desconstrução do escravizado e o baixo número de revoltas no Vale do Paraíba fluminense. *Temporalidades*, Belo Horizonte. v.16 n. 1(2024): Edição 41, 2024.